

Educação Ambiental



2003/2006

PROCESSOS FORMADORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

APRESENTAÇÃO

O Programa de Formação de Educadores/as Ambientais (ProFEA)¹, formulado em 2003/2004, enuncia uma proposta metodológica cuja missão é envolver toda a população brasileira na ação de educadores ambientais populares atuando em todos os cantos do país.

A proposta se fundamenta nos grupos de Pessoas que Aprendem Participando (PAP). O PAP₁ é constituído pelo corpo técnico do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (OG/PNEA), integrado pela Diretoria de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pela Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA) do Ministério da Educação (MEC). O segundo grupo – Coletivo Educador (PAP₂) -, é composto pelos representantes das instituições formadoras, o terceiro, pelo grupo de Educadores Ambientais (PAP₃) a serem formados pelo Coletivo Educador, que formarão, por sua vez, o grupo responsável por percolar em todo o tecido social do território, os Educadores Ambientais Populares (PAP₄). A proposta metodológica é apresentada na íntegra no Documento Técnico nº8, elaborado pela DEA.² (CD-Rom).

O ProFEA adotou os Coletivos Educadores como instâncias formuladoras e articuladoras de ações de formação e, sobretudo, como uma estratégia para a implementação de políticas públicas num determinado território. No âmbito da formação, representou a inserção de uma proposta política pedagógica inovadora, cujo diálogo e constituição permitiu movimento reflexivo e cooperativo em determinados segmentos da sociedade, tais como universidades, Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs), redes, associações, órgãos públicos.

A proposta buscou dar organicidade aos processos de educação ambiental implementados pelas diversas instâncias e eixos de um potencial Sistema Nacional de Educação Ambiental e vem sendo sistematizada nestes quatro anos a partir das práticas e reflexões realizadas pelos atores sociais do campo da educação ambiental em todo o país.

1 Texto na íntegra disponível em <http://www.mma.gov.br/ea>

2 Disponível em <http://www.mma.gov.br/ea>

Outras duas ações desenvolvidas pela DEA com vistas à implementação do ProFEA são: Municípios Educadores Sustentáveis (MES) e Salas Verdes. Essas ações - Coletivos Educadores, MES e Salas Verdes - são abordadas nos três itens iniciais desta descrição sobre os Processos Formadores em Educação Ambiental.

De forma complementar, o ProFEA formulou e implementou outros projetos, que buscaram gerar, apoiar e subsidiar uma dinâmica sustentável dos processos formativos, estabelecendo um diálogo permanente e continuado de parceria com programas internos de outros setores do MMA, demais Ministérios e estruturas educadoras externas.

Esses projetos, agrupados no item “Diálogo com outras ações e projetos formativos”, consistiram na potencialização de estruturas e processos de formação de educadores/as, por intermédio do estabelecimento de articulações entre instituições e/ou órgãos governamentais e entre segmentos representativos da sociedade que propuseram e atuam com atividades socioambientais de caráter educacional.

COLETIVOS EDUCADORES PARA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS

Desde que a proposta de formação trazida pelo ProFEA começou a ser elaborada, percebeu-se a necessidade de articulação territorial de instituições para sua implementação e aperfeiçoamento. Por essa razão, os Coletivos Educadores passaram a ser centrais nas atividades desenvolvidas pela DEA.

Nesta gestão, o programa passou por um longo período de elaboração, estruturação e de diálogos institucionais nos territórios. A diretoria se esforçou em divulgar a proposta, estabelecer diálogo com os interessados nos territórios, inclusive no aperfeiçoamento do programa, criar meios para que os grupos pudessem se articular e se comunicar, além de buscar o reconhecimento e a articulação do programa com as políticas do Ministério e de outros órgãos do Governo Federal.

A descrição do processo de implementação dos Coletivos Educadores é apresentada no item Estratégias de Implementação, as quais contemplam o seguinte conjunto de ações: a) projetos pilotos - Paraná e Pantanal; b) lançamento do Edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) 05/2005; c) lançamento da Chamada Pública MMA nº01/2006 para o Mapeamento de Potenciais Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis; d) estabelecimento de parcerias com outros programas e; e) Publicações para o subsídio de Coletivos Educadores.

Hoje existem Coletivos Educadores nos mais diferentes estágios de organização, devido ao tempo de diálogo com a DEA e adesão ao programa. A maior parte deles está na fase de articulação institucional no território, apresentando a proposta de Coletivos à outras instituições, movimentos sociais e grupos que atuam com educação na região, etapa inicial prevista no programa. Outros se dedicam à elaboração do Projeto Político Pedagógico para o programa de formação de educadores/as ambientais, alguns já estão na fase de formação desses educadores/as ambientais (PAP₃), e há aqueles, que já trabalham a formação dos educadores/as ambientais populares (PAP₄). Neste último caso, estão os Coletivos Educadores mais antigos - os projetos pilotos - que ajudaram a elaborar o ProFEA e a proposta de Coletivos Educadores.

ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

A. PROJETOS PILOTOS - PARANÁ E PANTANAL

O processo na região Oeste do Paraná foi um dos primeiros a se iniciar, ainda em 2004. O interesse da Itaipu Binacional e a presença da educadora popular Moema Viezzer como consultora para educação ambiental favoreceram a implementação da proposta. A área ambiental da Itaipu tinha como principal programa o "Cultivando Água Boa" que combinava campanha, extensão universitária e extensão rural para envolver as comunidades rurais no manejo de micro-bacias. A articulação com as propostas da DEA começou pelo programa Municípios Educadores Sustentáveis, posteriormente assumindo o ProFEA como eixo articulador. Durante todo o ano de 2005, a equipe responsável pelo desenvolvimento da proposta articulou as instituições no âmbito de 34 municípios e aprovou um projeto no edital FNMA 05/2005, de Constituição de Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis.

A internalização da proposta junto às instituições articuladoras e o envolvimento de outras 43 instituições da região foram resultados do processo de articulação inicial. Posteriormente, elaborou-se coletivamente um Projeto Político Pedagógico, congregando as diferentes habilidades institucionais no planejamento e execução de um programa de formação de educadores/as ambientais populares.

Os resultados apresentados pelos projetos pilotos comprovam que a proposta metodológica do Coletivo Educador pode ser experienciada e evoluiu para um processo de formação contínua de educadores/as ambientais. A Formação de Educadores Ambientais (FEA), trabalhada pelas 43 instituições parceiras nos 34 municípios do entorno do Parque Nacional de Foz do Iguaçu e área de influência da Itaipu, mobilizou no Paraná, em 2006, 296 pessoas interessadas em trabalhar as questões socioambientais de forma continuada e para a totalidade dos 1.035.000 habitantes do território.

Para chegar aos 296, as instituições mapearam os grupos sociais distribuídos no território, e estimaram um número de educadores/as ambientais capazes de formar grupos maiores de educadores/as ambientais populares(PAP₄), de modo a percolar o tecido social. O Coletivo Educador já trabalha no acompanhamento dessa etapa de formação e visualiza um cenário de 3.000 educadores/as ambientais populares (PAP₄) formados.

No início de 2007, está planejado um evento com os 120 educadores/as (PAP₂) das 43 instituições, os primeiros 296 educadores/as ambientais (PAP₃) formados/as, e representantes dos grupos de educadores/as ambientais populares (PAP₄), por município.

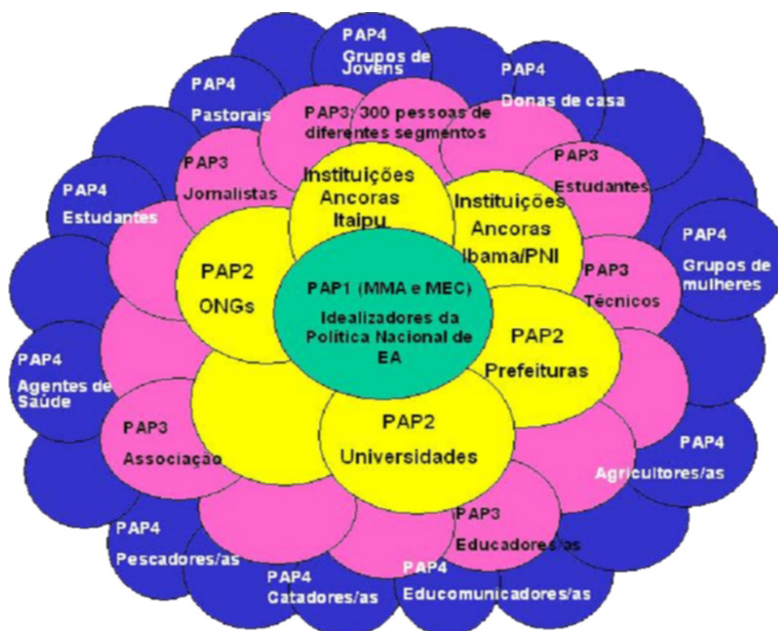


Figura 1: Representação da estrutura de capilaridade desenhada para atender todos os segmentos da população.

No Pantanal, a necessidade de uma mobilização social em defesa deste bioma, de uma maior identidade pantaneira e de uma ampla articulação que favoreça estratégias de enfrentamento da degradação socioambiental, levaram o Programa Pantanal³ a considerar a educação ambiental como fundamental e prioritária, o que permitiu planejar a implementação do ProFEA em todo o Pantanal.

3 Trata-se de um programa desenvolvido pelo MMA inicialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que busca definir estratégias de gestão socioambiental para a Bacia do Alto Paraguai, onde se situa o Pantanal.

Em setembro de 2004, em Poconé (MT), foi realizada uma ampla oficina, com representações da educação ambiental dos dois estados pantaneiros. Nessa oficina, houve uma grande discussão em relação ao ProFEA, problematizações e revisões. No final, estavam criadas condições para estabelecer articulações mais amplas em cada estado.

O passo seguinte foi realizar oficinas em Campo Grande (MS) e Cuiabá (MT), buscando a máxima participação de diversos atores da educação ambiental para deflagrar as articulações regionalizadas. Estas oficinas, realizadas em dezembro de 2004, focaram a territorialização, o levantamento de potenciais parceiros, o mapeamento de iniciativas e de potenciais cardápios de aprendizagem⁴ e um agendamento para reuniões em cada um dos oito territórios definidos - núcleos de Cuiabá, Rondonópolis e Tangará da Serra (MT); Campo Grande, Coxim, Corumbá e Jardim (MS), incorporando os 81 municípios da Bacia do Alto Paraguai, onde se situa o Pantanal.

Articulados ao Programa Pantanal, foram criados oito Coletivos Educadores na Bacia do Alto Paraguai em Mato Grosso (Núcleos de Cuiabá, Rondonópolis, Cáceres e Tangará da Serra) e Mato Grosso do Sul (Núcleos de Campo Grande, Corumbá, Jardim e Coxim).

A constituição dos Coletivos Educadores no Pantanal pretende a formação de aproximadamente 800 educadores/as ambientais, que, através de processos de intervenções educacionais, formarão outros 16.000 educadores/as ambientais populares nos oito núcleos. As parcerias buscam desenvolver e implementar oito cursos de extensão em educação ambiental, além do apoio ao fortalecimento e consolidação de dois cursos de especialização em educação ambiental nos núcleos de Cáceres e Tangará da Serra, em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

No edital FNMA 05/2005, voltado à constituição de Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis, foram aprovados os projetos do Núcleo de Cuiabá (MT) e do Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográfica dos rios Miranda e Apa (CIDEMA), no Mato Grosso do Sul.

O recurso, no valor de R\$ 1.500.000,00, destinado ao financiamento dos oito projetos apresentados após o processo de articulação com a DEA, foi descentralizado do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.

4 As instituições do Coletivo Educador ofertam itens de cardápio, temas, atividades e espaços educadores a serem utilizados de forma diversificada no processo de formação.

B. EDITAL FNMA 05/2005 "COLETIVOS EDUCADORES PARA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS"

A proposta deste edital surgiu no primeiro semestre de 2005 e amadureceu no diálogo com diversos parceiros, dentre eles a CGEA/MEC, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), do Ministério da Integração Nacional, bem como parceiros internos do MMA: FNMA (Núcleo de Sociedades Sustentáveis) e Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PR-SF), com recurso financeiro total de R\$ 2.900.000,00.

Em outubro de 2005, foi publicado no DOU o Edital 05/2005 cujo objetivo foi a seleção de projetos que se propunham à formação e fortalecimento de Coletivos Educadores, que deveriam ter "como missão o planejamento, a implementação e avaliação de processos formativos integrados e continuados, buscando o envolvimento de todos os segmentos junto a sua base territorial".

O edital (CD-Rom) era composto de duas chamadas, de acordo com o recorte territorial do Coletivo Educador proposto: a Chamada I, com abrangência nacional e a Chamada II, direcionada exclusivamente aos municípios localizados na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Foram recebidas 57 propostas. Foi formada uma câmara técnica que, durante dois dias, realizou a avaliação das mesmas. A DEA coordenou a câmara técnica, criou os critérios de avaliação, comunicação e divulgação por mensagens eletrônicas, pela plataforma de educação a distância e-ProInfo e pelo Ambiente de Debate Interativo (ADI), ambos disponibilizados pelo MEC. Foram selecionadas 22 propostas.

A celebração de convênios com as 22 propostas aprovadas exigiu o atendimento às condicionantes técnicas, elaboração de minutas, planos de trabalhos e pareceres, encaminhamento de documentos complementares, acompanhamento do empenho do recurso financeiro para os projetos, montagem de processos, monitoramento da aprovação pela Consultoria Jurídica (CONJUR) e pelo Controle Interno do MMA. Na primeira fase, que teve a duração de um mês ainda em 2005, foram celebrados 11 convênios.

Na fase seguinte, a diretoria do FNMA, após algumas reuniões com a equipe da DEA, disponibilizou o recurso necessário para a celebração dos convênios que não foram firmados em 2005. Além do recurso para os outros projetos aprovados, foi comprometido o recurso, para o exercício de 2006, dos projetos já conveniados. Em 2006, ano bastante peculiar pelo atraso na aprovação do orçamento na Câmara Federal e pelo período eleitoral, sete convênios foram celebrados, e outros quatro ainda não foram formalizados por diferentes razões.

Em agosto de 2006, foi realizada a primeira oficina com representantes dos 22 coletivos selecionados no edital FNMA 05/2005. Além da apresentação do software do FNMA para prestação de contas e entrega de produtos, foram trabalhadas questões de organização e articulação dos Coletivos Educadores, tais como: instrumentos de comunicação, resolução CONAMA para criação do Cadastro Nacional de Coletivos Educadores, Chamada Pública para constituição de novos Coletivos Educadores, Sistema de Acompanhamento, além de procedimentos de elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), primeiro produto a ser entregue ao FNMA. Foram levantadas aproximadamente 50 propostas de encaminhamento (CD-Rom).

O canal da Educação Ambiental na Internet-EA.NET (www.canal-ea.net) transmitiu a oficina ao vivo e na íntegra. Foram mais de 600 acessos diários, o que representou um indicador de interesse do público em geral. Além disso, a oficina contou com a participação de parceiros institucionais da DEA. Foram eles: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), PR-SF, Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do MDA, CGEA do MEC. Ao todo 100 pessoas participaram presencialmente da oficina, em seis dias de atividades.

A lista de instituições e municípios envolvidos nestes Coletivos encontra-se no CD-Rom anexo, assim como os principais contatos. A maioria desses 22 Coletivos Educadores está na fase de finalização de seus Projetos Políticos Pedagógicos.

C. CHAMADA PÚBLICA MMA Nº 01/2006 "MAPEAMENTO DE POTENCIAIS COLETIVOS EDUCADORES PARA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS"

A Chamada Pública MMA nº 01/2006 (CD-Rom) foi realizada para mapear propostas de potenciais Coletivos Educadores. A idéia foi iniciar um diálogo com grupos interessados, ajudá-los nas articulações para a constituição do Coletivo e na elaboração da proposta de formação de educadores/ as ambientais para os respectivos territórios.

Para a divulgação, foram utilizados ambientes virtuais de interação comunicativa como a plataforma e-ProInfo e ADI do MEC, materiais de comunicação e divulgação nos estados - spots de rádio, releases, panfletos, informativos – e, ainda, entrevistas sobre a chamada e o Programa de Coletivos Educadores a emissoras de televisão e rádio. Para prestar esclarecimentos sobre a Chamada, foram elaborados roteiros para a equipe da DEA responder aos telefonemas recebidos.

Uma câmara técnica composta por técnicos da DEA/MMA e CGEA/MEC avaliou as 123 propostas enviadas a partir de critérios previamente elaborados. Das 123 propostas, apenas quatro foram desabilitadas por terem sido enviadas após o prazo limite, as outras foram aprovadas tecnicamente.

A resposta que esta Chamada Pública, sem previsão de repasse financeiro, teve da sociedade demonstra a aceitação que a proposta de Coletivos Educadores tem e o quanto ela pode crescer. Além disso, foi essencial o esforço da equipe de enraizadores⁵ do Órgão Gestor da PNEA em realizar oficinas nos Estados, nas quais as instituições interessadas puderam esclarecer os eventuais questionamentos, promover o intercâmbio entre as instituições presentes, o levantamento de outras potenciais parceiras e a definição de recortes territoriais para a atuação dos Coletivos Educadores.

Após a divulgação dos resultados de projetos aprovados, foram criados modelos de cartas respostas para as proponentes de projetos, de minuta de acordo de cooperação, de parecer técnico para CONJUR, memorando de encaminhamento de processo, tabelas de acompanhamento, passo-a-passo para enraizadores responderem às proponentes, montagem de processo e encaminhamento à CONJUR. O acompanhamento visou firmar o maior número de Acordos de Cooperação Técnica, de forma a oficializar a parceria da DEA/MMA junto aos grupos que atenderam à Chamada Pública, processo ainda em andamento. A lista desses Coletivos, o território de abrangência e o contato encontram-se no CD-Rom anexo.

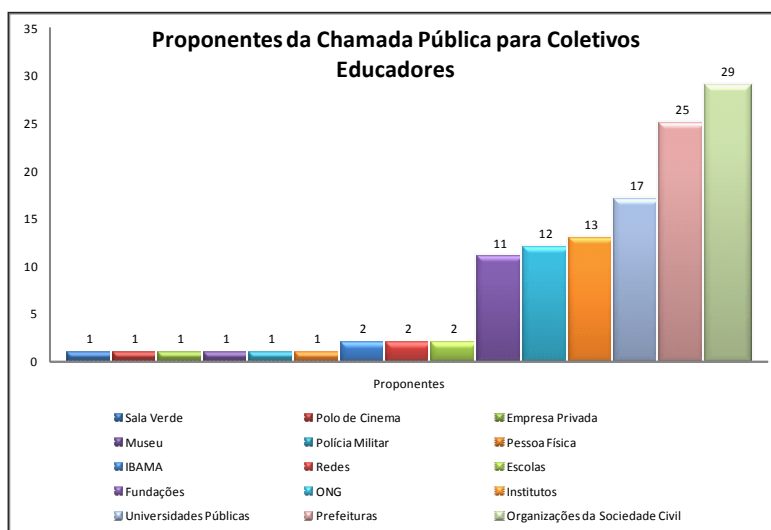


Figura 2 – Instituições proponentes de projetos para a Chamada Pública.

Os indicadores para avaliar o alcance de resultados do programa foram: a quantidade de propostas enviadas, e-mails recebidos pelo endereço institucional, acessos à plataforma e-ProInfo; oficinas realizadas nas 27 unidades da federação, número de instituições envolvidas e território alcançado.

⁵ Para maiores detalhes sobre o programa de enraizamento do Órgão Gestor da PNEA cf item e deste relatório.

Foi criado um sistema virtual, abrigado no sítio do Ministério do Meio Ambiente na internet, com o intuito de acompanhar e dar visibilidade às ações dos Coletivos em todo o país. O Sistema foi construído pela equipe da DEA, em parceria com a Coordenação Geral de Tecnologia de Informação e Informática do MMA. As etapas metodológicas do ProFEA estão divididas em abas, contendo campos a serem preenchidos com as informações referentes ao desenvolvimento das ações dos Coletivos. O Sistema pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <http://sistemas.mma.gov.br/coletivos/>

Como forma de ampliar a comunicação entre os Coletivos foi criado um Blog (www.coletivos.blogspot.com.br), espaço virtual em que os Coletivos podem expor suas ações e comentar os outros projetos, além de uma página na internet (www.mma.gov.br/ea) com todas as informações referentes ao andamento do programa.

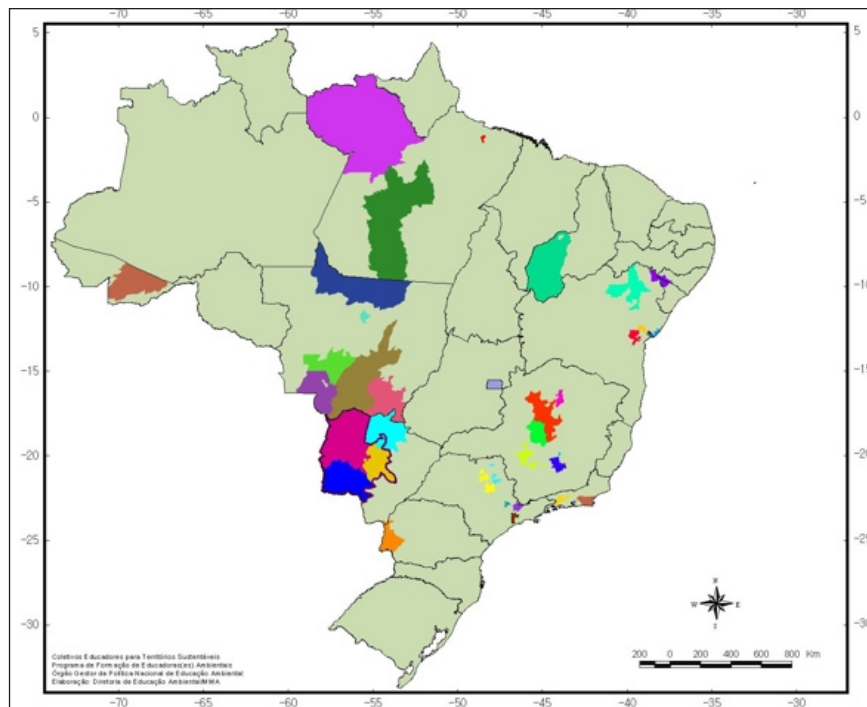


Figura 3 – Extensão territorial abrangida pelos Coletivos Educadores oriundos do Edital FNMA 05/2005 e Programa Pantanal.

Foram elaborados pela DEA mapas georreferenciados do Brasil representando os territórios dos Coletivos Educadores apoiados pelo Edital FNMA 05/2005, pelo Programa Pantanal e os grupos de instituições mapeados através da Chamada Pública 01/2006.

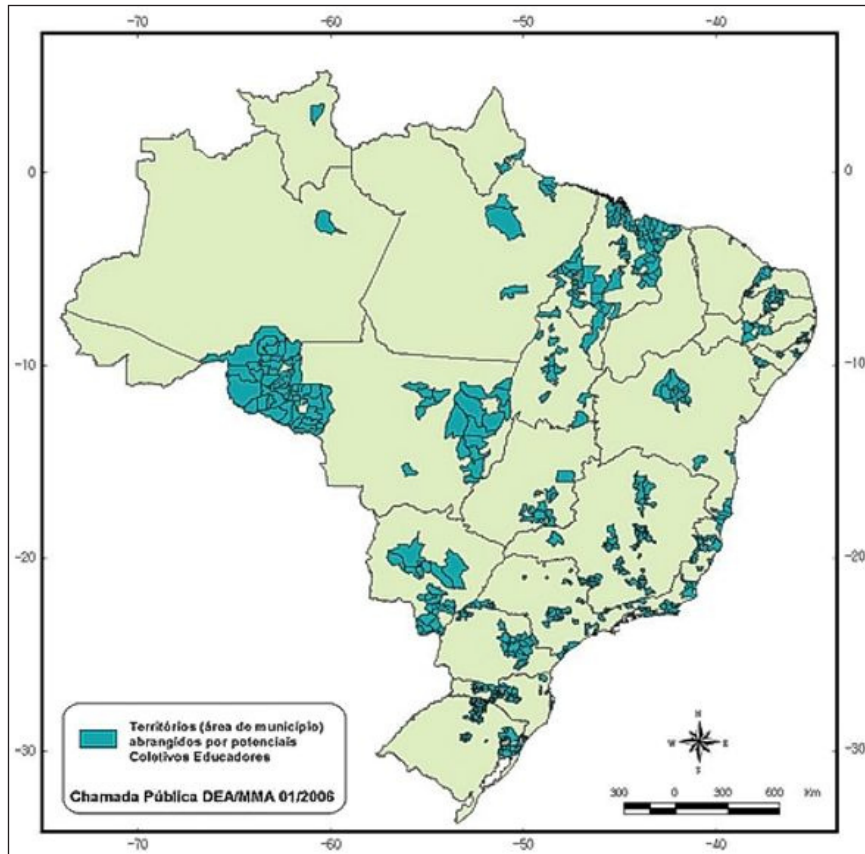


Figura 4 – Municípios abrangidos pelos potenciais Coletivos Educadores oriundos da Chamada Pública 01/2006.

Também foi elaborada uma proposta de minuta para uma resolução CONAMA para a criação do Cadastro Nacional de Coletivos Educadores. Por meio deste cadastro, os Coletivos Educadores poderão ter o reconhecimento como interlocutores preferenciais para as políticas de educação ambiental nos territórios de atuação. A resolução teve um primeiro esboço que foi compartilhado com 22 Coletivos Educadores na oficina do edital FNMA 05/2005 e passa por reformulação neste momento. Foi aberto processo para seu encaminhamento junto ao CONAMA por meio da Câmara Técnica de Educação Ambiental, devendo ser remetida, após reelaboração em parceria com os Coletivos já existentes e aprovação nesta instância, à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e posteriormente à plenária do CONAMA, que definirá a criação ou não deste cadastro.

D. PARCEIROS INSTITUCIONAIS

Conforme explicitado anteriormente, a DEA se empenhou em articular a proposta de Coletivos Educadores com outras políticas deste Ministério e de outros órgãos do Governo Federal. Assim, muitas destas articulações foram iniciadas com o Programa Corredores Ecológicos (MMA), Territórios Rurais da SDT (MDA), diálogos com os Comitês de Bacia, Conselhos de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) e Consórcios Intermunicipais. Entretanto, optou-se por descrever, aqui, as articulações que foram estabelecidas há mais tempo.

Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PR-SF)

O programa, concebido para contribuir no processo de enfrentamento dos problemas socioambientais existentes, refletindo sobre os impactos da lógica desenvolvimentista e combatendo os vetores de degradação, é coordenado pela Secretaria Executiva do MMA e implementado, de maneira articulada e integrada, em parceria com o Ministério da Integração Nacional e outros 15 ministérios.

A área da bacia hidrográfica abrange sete unidades da federação: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal, divididos geograficamente em dez pólos, de acordo com as microbacias hidrográficas. O programa é composto por cinco linhas de ação, sendo que a educação ambiental está inserida na linha 2 – Fortalecimento Socioambiental, cujos objetivos são:

- promover a articulação, integração e o fortalecimento interinstitucional de órgãos públicos e instâncias colegiadas da bacia hidrográfica do Rio São Francisco;
- estimular e desenvolver processos educativos socioambientais por meio dos componentes: Agenda 21, fortalecimento interinstitucional, educação ambiental e cultura.

A estratégia para promover a mobilização e a transformação socioambiental foi a constituição, nos dez pólos, de Comissões Locais de Meio Ambiente e Ação Socioambiental (COLMEIAS), coordenadoras dos Fóruns de Articulação Intermunicipais, os quais são responsáveis pela integração entre os municípios, instituições governamentais e sociais de cada região prioritária da bacia (Pólos Socioambientais). Uma vez instalada essa comissão, o grupo articulador desencadeou um processo de mobilização, constituição e coordenação dos Coletivos Educadores.

No período de agosto de 2005 a outubro de 2006, para a instalação de COLMEIAS e Coletivos Educadores, foram realizados dez fóruns intermunicipais, visando a articulação interinstitucional, identificação de potenciais parceiros e definição de uma agenda de compromissos e responsabilidade, nos seguintes Pólos: Três Marias, Pirapora, Montes Claros, Belo Horizonte, Conselheiro Lafaiete,

Paracatu e Bambuí, no Estado de Minas Gerais; Paulo Afonso/Xingó que envolve três Estados (Bahia, Sergipe e Alagoas); Foz em Propriá e Penedo nos Estados de Sergipe e Alagoas, respectivamente, e por fim em Petrolina (PE). Nos pólos de Paracatu e de Petrolina, os Coletivos estão em processo para a realização de suas oficinas de constituição.

Tanto as COLMEIAS quanto os Coletivos coordenados pelo PR-SF, estão compostos por instituições governamentais (prefeituras, secretarias de meio ambiente e de educação, IBAMA, CODEVASF, Ministério Público, Universidades, EMATER), de organizações da sociedade civil, instituições de ensino, movimentos sociais, comitês de bacia, fóruns e setor produtivo - que promoverão ações socioambientais nos territórios.

Foram constituídos dois Coletivos Educadores através do edital FNMA 05/2005, nos pólos Nascentes/Bambuí e Pirapora, ambos no Estado de Minas Gerais. Nos demais pólos⁶, os Coletivos Educadores estão em processo de articulação.

Com as reuniões realizadas obteve-se os seguintes resultados:

- exposição da proposta de Coletivo Educador para a formação de educadores/as ambientais populares (no entanto, notou-se que ainda há dificuldades no entendimento da relação entre Colmeias e Coletivos);
- regularidade das representações nas ações cotidianas dos fóruns, maior em alguns pólos;
- qualificação da participação dos NEAs em alguns pólos, notadamente em Belo Horizonte e mais recentemente em Propriá/Penedo.

Periodicamente, ocorreram encontros para dar visibilidade às ações do programa, para prestação de contas sobre os projetos encaminhados ao PR-SF para convênio. São exemplos:

- seminário realizado durante o Festival Eco-Cultural em 04 de outubro de 2005, no pólo de Paulo Afonso/Xingó, por ocasião da comemoração do Dia de São Francisco;
- oficina de constituição da rede de educadores/as do São Francisco durante o V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, com a participação de 32 representantes, de NAPs, COLMEIAS, Coletivos Educadores, Salas Verdes, Núcleos de Educação Ambiental-(NEAs) do IBAMA, comitês de bacias, que firmaram um pacto para a formação da rede.

6 Pólos Petrolina (PE), Juazeiro, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Xique-Xique/Irecê e Guanambi (BA).

O IBAMA/NEA em parceria com o PR-SF realizou o “Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental”, em consonância com os objetivos da Linha de Ação 2 – Agenda Socioambiental, visando a capacitação de gestores/as e educadores/as, com a perspectiva de promover sua atuação no processo de concepção, formulação e aplicação de políticas e ações relativas ao meio ambiente, em especial para o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental no âmbito das atividades de gestão ambiental. O curso ocorreu no período de 15 de setembro a 03 de outubro de 2005, no Centro de Formação do IBAMA (CENTRE) em Almirante Tamandaré/PE e contou com a participação de três representantes dos Coletivos Educadores dos seguintes pólos: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Um dos produtos do curso foi a elaboração de um projeto a ser executado pelos representantes em seus respectivos Coletivos Educadores.

Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento (PEAMS)

Em 2005, foi iniciado um processo de constituição de um Coletivo Educador em Teresina para atuar na formação de educadores/as ambientais em 36 municípios da região sul do Piauí, utilizando como tema gerador o saneamento ambiental. Essa iniciativa foi fruto de uma parceria com o Ministério das Cidades e teve como objetivo firmar um convênio para a constituição de um Coletivo Educador para subsidiar a elaboração de um Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento (PEAMSS).

Foram realizadas duas oficinas conceituais do programa e algumas reuniões para discutir a proposta e a participação das instituições no processo. Além disso, foram realizadas reuniões com os dirigentes das instituições que compõem o Coletivo para obter um respaldo institucional na implementação do projeto. As atividades de formação dos PAP3 ainda não foram iniciadas, aguardando a execução do convênio que deverá ser realizada em 2007 e 2008.

Formação de Educadores/as Ambientais no Município de Alcântara (MA)

A proposta de formação de educadores/as ambientais em Alcântara (MA) teve início em 2004, através de uma parceria entre diversos ministérios e a Casa Civil da Presidência da República, com o objetivo de propor, articular, viabilizar e acompanhar ações de sustentabilidade, visando propiciar condições adequadas à eficiente condução do Programa Nacional de Atividades Espaciais. A DEA se comprometeu com a formação de 200 educadores/as ambientais no município através do ProFEA.

Em 2005, foi realizada uma oficina sobre o ProFEA em Alcântara. A proposta foi bem recebida, pois existe uma grande demanda pela educação ambiental. Todavia, verificou-se que não existem instituições no município com experiência em processos formativos. Identificado este panorama, a

opção foi constituir um Coletivo Educador em São Luís com instituições interessadas em atuar em Alcântara. No entanto, existem concepções diferenciadas sobre essa forma de execução, pois os atores locais consideram que o Coletivo deveria ser composto apenas por representantes de Alcântara.

A falta de recursos para implementação do programa na região paralisou as ações temporariamente. As atividades foram retomadas em 27 de julho de 2006, quando foi realizada uma oficina em São Luís para constituição de um Coletivo Educador com atuação em Alcântara. Como produto dessa oficina, algumas instituições encaminharam uma proposta para a Chamada Pública MMA nº01/2006, propondo a formação de educadores/as ambientais em Alcântara e alguns outros municípios.

Paralelo a esse processo, foi estabelecido um diálogo com a Agenda 21 no intuito de avançar na articulação política local. Com o objetivo de integrar as propostas, está em andamento a celebração de um convênio de R\$200.000,00 com a Associação dos Trabalhadores Rurais de Alcântara para implementação da Agenda 21 e da formação de educadoras/es ambientais no município. Com isso, algumas atividades para a constituição do Coletivo foram previstas no convênio, com alguns ajustes. O desafio é fazer com que as propostas realmente tenham sinergia e sejam elaboradas e implementadas pelo coletivo e pelo Fórum da Agenda 21.

Programa de juventude pelo Meio Ambiente

A idéia de criação de um programa para trabalhar conjuntamente os temas Juventude e Meio Ambiente surgiu em 2005, como parte de uma estratégia do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental que visa estimular, ampliar e potencializar o debate e a ação socioambiental das juventudes brasileiras. Foi pensado a partir da sistematização de uma pesquisa realizada em 2004/2005 com mais de 150 jovens integrantes dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs) de todo o país. Fazem parte dos coletivos jovens com idade entre 15 e 29 anos, participantes ou não de organizações e movimentos de juventude ou meio ambiente.

Esta pesquisa contribuiu para identificar o perfil destes jovens já engajados e atuantes na área, por meio de suas ações no âmbito dos CJs. Possibilitou também a identificação de demandas, lacunas, perspectivas, anseios e potencialidades deste segmento na educação ambiental. As principais demandas identificadas foram agrupadas como questões de caráter técnico-formativo, organizacional e material.

O Programa Juventude e Meio Ambiente tem como objetivo atender a essas três principais demandas, não de modo centralizado, mas catalisando um processo de parceria e diálogo entre o Governo Federal, por meio do Órgão Gestor, e os Coletivos Jovens de Meio Ambiente.

Em alguns estados da federação, os Coletivos Jovens vêm trabalhando em parceria com os Coletivos Educadores. Representantes dos CJs participam como organização formadora (PAP₂) na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos, ofertando itens de cardápio que contemplem a questão da juventude. Da mesma forma, integrantes dos CJs são educandos PAP₃ do processo de formação e planejam intervenções junto a outros jovens de suas bases. Exemplos dessa interação são os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre e Rondônia.

E. PUBLICAÇÕES PARA O SUBSÍDIO DOS COLETIVOS EDUCADORES

Como forma de fortalecer a articulação e implementação dos Coletivos Educadores, foram elaborados alguns materiais como:

- Documento Técnico nº 8, que é o Programa de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais (ProFEA). Este material apresenta a proposta de Coletivos Educadores e de Formação que deve servir de base para o programa de formação no território;
- Projeto Encontros e Caminhos: livros com coletânea de textos de diversos autores que participaram voluntariamente deste projeto, que tem como foco subsidiar as ações dos Coletivos Educadores e a formação de educadores/as ambientais. Cada autor trabalhou um conceito específico em textos curtos e com linguagem acessível para os mais diversos públicos. São três volumes, sendo que o 2º e o 3º estão em fase de finalização.
- Cartilha de Coletivos Educadores: material com uma linguagem lúdica para explicar a proposta de Coletivos Educadores. Esse material será publicado no primeiro semestre de 2007.

MUNICÍPIOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS (MES)

A ação MES foi concebida para promover nas bases de toda sociedade brasileira a realização de processos educacionais sincrônicos capazes de impactar em profundidade o modo de produção e consumo, contribuindo para uma cultura de sustentabilidade socioambiental.

Como os problemas socioambientais não obedecem aos limites geográficos, coloca-se em foco a importância da co-responsabilidade, de se somar esforços e coordenar ações. A proposta é, portanto, fomentar o diálogo permanente e continuado entre municípios vizinhos, na busca de soluções educacionais compartilhadas.

Neste sentido, torna-se essencial o diálogo entre os diversos setores organizados, os colegiados, bem como a visualização dos projetos e ações desenvolvidas nos municípios, nas bacias hidrográficas e regiões administrativas.

Logo, Municípios Educadores Sustentáveis deverão ser municípios voltados à construção da sustentabilidade socioambiental por meio da educação, materializando medidas que viabilizem a formação de seus munícipes/cidadãos para atuarem cotidianamente na construção de meios, espaços e processos que avancem na direção da melhoria da qualidade de vida. Essa construção é também uma decisão política e pedagógica e requer que a gestão pública municipal se mobilize, se responsabilize, incorpore e assuma a dimensão educacional de maneira participativa.

Pelas suas características, a ação MES esbarra, como tantos outros programas e ações governamentais, em distintas dificuldades, em geral, na falta de recursos ou de equipe técnica, que são os grandes responsáveis pela implantação e consolidação dessa ação e pelo acompanhamento da implementação das iniciativas nos territórios.

Na efetivação da ação, como forma de garantir o compromisso entre as Prefeituras e o Ministério, um Termo de Adesão deve ser firmado para assegurar o comprometimento efetivo dos gestores e a continuidade das ações independentemente da transitoriedade em cargos eletivos, sendo que os registros e a comunicação das atividades implementadas devem ser tratados com especial cuidado e atenção, pois farão parte do processo de aprendizagem.

A convergência com diversos outros programas e ações, principalmente no estímulo à visão e à ação voltadas para territórios, traz numerosas possibilidades de fortalecimento e aperfeiçoamento dos mesmos, na medida em que se articulam e trabalham a dimensão educadora em suas atividades. Nesse contexto, pode-se citar o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério das Cidades e outros Ministérios, com seus programas e instituições para as políticas públicas, como por exemplo: Associação Brasileira de Municípios (ABEMA); Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA); Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM); Agenda 21 local; Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS); Plano Diretor Participativo; Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais.

Entre as ações desenvolvidas pela DEA/MMA, destinadas à implementação da Ação MES, destaca-se o Projeto Vamos Cuidar do Brasil - Bioma Cerrado. O projeto oferece aos municípios envolvidos estratégias e instrumentos para implementar iniciativas educadoras voltadas à recuperação e valorização da flora nativa.

BREVE HISTÓRICO E RESULTADOS

Em maio de 2004, a Ação MES foi lançada no Estado do Paraná, em região de grande importância para a conservação dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná. Na ocasião, foi assinado um Termo de Cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente e a Itaipu Binacional, firmando o compromisso de se articular esforços para dar continuidade às ações e projetos nos 29 municípios da Bacia Hidrográfica Paraná III.

Atualmente, esses municípios, organizados em três núcleos, estão implementando o ProFEA por meio dos Coletivos Educadores, composto por 42 instituições e 34 prefeituras, com abrangência estimada em 3000 pessoas (conforme citado anteriormente). Em 2007, esse desenho será pensado por município, cada um constituindo seu Comitê Local MES, levando em conta que um dos passos da ação, a elaboração do diagnóstico participativo dos municípios envolvidos, já foi realizado.

Em continuidade, houve uma apresentação formal em outros Estados, apoiada pela ação de Enraizamento da DEA/MMA e por meio de articulações com os Coletivos Educadores, Agendas 21 locais e Comitês de Bacia Hidrográfica.

Muitos municípios declaram já realizar trabalhos na mesma perspectiva do MES, outros se manifestam quanto à necessidade de implementar atividades como as apresentadas, enquanto alguns estão efetivamente dialogando junto à DEA e encaminhando a proposta para oficializar o Termo de Adesão à ação, e organizar seminários.

Em 2005, a Ação MES foi apresentada em São Paulo, em evento na Unicamp para o qual foram convidados os 64 municípios das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ). Atualmente, dando continuidade à articulação com o comitê dessas bacias, a ação está em implementação em quatro núcleos: um denominado Coletivo Monalhisa, do qual fazem parte os municípios de Monte-Mor, Nova Odessa, Americana, Hortolândia, Limeira, Santa Barbara D'Oeste e Sumaré (CDRom); um coletivo do qual fazem parte os municípios de Cabreúva, Indaiatuba, Itupeva e Salto; outro coletivo com os municípios mineiros que compõem as Bacias PCJ: Camanducaia, Extrema e Itapeva, além de Campinas que irá implementar o MES articulado ao Coletivo Educador já formado no município.

Dos Termos de Adesão referentes aos Municípios da Bacia do PCJ, quatro estão chancelados pela CONJUR/MMA e oito encontram-se tramitando para as devidas adequações.

Em 2006, foram realizados em Minas Gerais dois seminários regionais para iniciar os trabalhos referentes à Ação MES, que envolveram os seguintes municípios da Região do Alto Paranaíba: Abadia

dos Dourados; Araguari; Araporã; Carmo do Paranaíba; Cascalho Rico; Coromandel; Cruzeiro da Fortaleza; Douradoquara; Estrela do Sul; Grupiara; Guardamor; Guimarânea; Iraí de Minas; Lagamar; Lagoa Formosa; Monte Carmelo; Paracatu; Nova Ponte; Patos de Minas; Patrocínio; Presidente Olegário; Rio Paranaíba; Romaria; Serra do Salitre; Tupaciguara e Unaí. Como resultado desse processo obteve-se o Termo de Adesão de Monte Carmelo, publicado no Diário Oficial da União, três outros termos tramitando e a sede do próximo seminário definida.

Da mesma forma, em 2006, a ação despertou interesse em Goiás por meio de seminários que envolveram os municípios de Passa Quatro; Gameleira; Bonfinópolis; Orizona; Leopoldo de Bulhões; Vianópolis e Silvânia. Neste momento, o processo também vem sendo conduzido de modo articulado às atividades do Coletivo Educador que se formou na região, em resposta à Chamada Pública MMA 01/2006. Mais outros sete municípios, por fazerem parte do Território Estrada de Ferro, devem se incorporar em 2007.

Cumprе ressaltar que a Ação MES e os Coletivos Educadores são metodologias complementares, que fomentam a constituição e articulação de diversos grupos de educadores/as ambientais para atuarem nos mais diferentes contextos. Os Coletivos sinergizam as capacidades institucionais na concepção e promoção de processos educadores regionais, e o Programa MES articula a gestão pública municipal e regional com os demais atores do campo educacional e ambientalista no município, para promoverem processos educacionais sincrônicos.

Os participantes dos programas junto aos demais atores devem, portanto, dialogar e pensar juntos os processos educacionais propícios para a sua região e, assim, constituir o território como um todo em um Território Educador Sustentável.

PUBLICAÇÕES RELATIVAS À AÇÃO MES

Para subsidiar os trabalhos foram produzidos alguns materiais impressos. No folder, constam informações básicas sobre os quatro processos educadores nos quais a Ação se baseia e, resumidamente, os passos para se implementar o MES. Na Cartilha (CDRom) há mais detalhes sobre os objetivos, as suas vantagens, as etapas para implementação, os processos educacionais e algumas sugestões de iniciativas mínimas a serem implementadas.

Foi lançado em 2005, o livro "Aqui é Onde eu Moro, aqui nós vivemos: escritos para pensar, conhecer e praticar o Município Educador Sustentável" (CDRom), de autoria de Carlos Rodrigues Brandão. Essa publicação apresenta o marco referencial da ação, na medida em que resgata e promove, em linguagem didática e acessível, os valores humanos, a importância de ser cidadão, de se conhecer, de intervir e respeitar o lugar onde se vive, em busca da melhoria da qualidade de vida.

Em 2006, foi elaborado um Documento Técnico denominado Passo a Passo, no qual constam, além do detalhamento das etapas de implementação da ação, uma relação de instituições, políticas, programas e prêmios que fazem interface com o MES e que poderão nortear futuras parcerias. Nesse documento técnico estão descritas sugestões de iniciativas mínimas a serem implementadas pelos municípios, os quais posteriormente deverão ser avaliadas por uma comissão de certificação para que seja atribuído ao município o Selo MES. As iniciativas mínimas são apresentadas em grandes temas, a saber: recursos naturais; moradia/habitação; transporte; setor privado; saúde e saneamento básico; educomunicação socioambiental; lazer e turismo urbano e rural; ordenamento/política para território; cultura e patrimônio cultural e, resíduos.

Entre outros resultados que merecem destaque estão os seguintes documentos assinados e chancelados pelo MMA: Protocolo de Intenções com a ANAMMA e Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Adventista de São Paulo (UNASP).

As próximas ações para a consolidação e implementação do MES, a partir de 2007, devem centrar-se no fortalecimento das parcerias e articulações institucionais, principalmente nas de maior abrangência nacional. Um caminho para fortalecimento da ação como política pública é definir estratégias de apropriação pelos diversos setores e grupos que desempenham ações estruturantes nas políticas de educação ambiental, tais como as CIEAs, as Redes, os meios de comunicação, os Coletivos Educadores, os Coletivos Jovens, as Comunidades de Aprendizagem sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-vidas), entre outros. A certificação dos municípios que aderiram à ação poderá contribuir como uma fonte de referência para a sustentabilidade socioambiental dos territórios brasileiros .

VAMOS CUIDAR DO BRASIL – BIOMA CERRADO

O projeto visa contribuir para o enfrentamento de processos que degradam o Cerrado e a vida de seus habitantes. Tal iniciativa é executada através do fortalecimento e aproximação entre ações já em curso e pelo incentivo a novas iniciativas, tanto em áreas urbanas quanto rurais, no sentido de revegetar, recuperar e cultivar a flora do Cerrado, promovendo o aumento da bio-sócio-diversidade do ambiente, bem como a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

O projeto inicia-se no Cerrado, mas não se restringe apenas a esse Bioma, e pretende, na medida em que se fortalece, abranger os outros biomas brasileiros.

Como estratégia de implementação do programa, alguns projetos vem sendo desenvolvidos. São eles:

Implantação de módulos demonstrativos de recuperação de áreas degradadas (MDRs)

O projeto é desenvolvido em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Cerrados e Universidade de Brasília (UnB) e visa proporcionar a implantação de MDRs, utilizando para isso espécies nativas de uso múltiplo que proporcionem ao agricultor, além da recuperação de sua área, a obtenção de mais de um benefício direto com o plantio.

Desenvolvimento e produção do Kit Cerrado.

O Kit Cerrado ou “Mochila do educador ambiental do Cerrado” é um conjunto de materiais didáticos e jogos educativos direcionados à realidade do Cerrado, cujo objetivo é instrumentalizar a atuação de educadores/as ambientais, proporcionando o acesso a materiais didáticos que abordem a temática socioambiental relacionada à especificidade do bioma.

O Projeto obteve os seguintes resultados:

- Articulação de parcerias entre diferentes instituições públicas e privadas do Bioma no sentido de fortalecer as ações em prol da melhoria da qualidade de vida da população do Cerrado em uma perspectiva socioambiental. Entre as instituições destacam-se: INCRA, EMBRAPA Cerrados, UnB, Rede Marista de Educação, Rede Cerrado de Sementes, ONGs Mão na Terra e União Planetária. Tais parcerias proporcionaram, ao longo desses quatro anos, a elaboração de materiais didáticos direcionados à realidade do bioma, assim como a recuperação de áreas degradadas em diferentes contextos e regiões do Cerrado;
- Fortalecimento de instituições públicas e privadas, bem como de educadores/as ambientais populares que atuam no enfrentamento dos problemas socioambientais do Cerrado;
- Foram implantados 11 módulos de recuperação de Áreas Degradadas de Cerrado em diferentes contextos, como escolas da rede pública, assentamentos rurais e áreas públicas, distribuídos no entorno do Distrito Federal, Nordeste Goiano e Noroeste Mineiro. Cada módulo tem cerca de um hectare, e cerca de 1.100 árvores nativas, utilizando para isso em torno de 25 espécies nativas de uso múltiplo, com o objetivo de proporcionar aos agricultores que participam do programa, diferentes possibilidades de aproveitamento da produção;

- Produção em parceria com a EMBRAPA Cerrado de um acervo de informações contendo materiais didáticos específicos e um banco de dados atualizado, referente a iniciativas ligadas ao cuidado com o Cerrado (KIT Cerrado). São eles:
 1. Aproveitamento da flora medicinal formando uma farmácia caseira;
 2. Recupere nosso Cerrado, plante árvores nativas;
 3. Sistemas Agroflorestais para o Cerrado;
 4. Criadouros de animais silvestres;
 5. Uso Sustentável da Reserva Legal;
 6. Implantação de Viveiros Florestais e produção de espécies nativas arbóreas;
 7. Cerrado "Aproveitamento Alimentar";
 8. Cartilha "Maria e a Galera salvam a Mata de Galeria";
 9. Jogos educativos temáticos: "Jogo da memória e dominó";
 10. Legislação Ambiental para adequação de propriedades rurais.

VIVEIROS EDUCADORES

O subprojeto "Viveiros Educadores" visa valorizar, promover, orientar e apoiar a implementação de viveiros com finalidade educadora, bem como estimular os viveiros já existentes a incorporar a dimensão educadora em suas atividades. Com base nesse projeto, foi elaborada uma cartilha abordando a proposta de forma sintética (CDRom).

Como estratégia de difusão, está em estágio de preparação um cadastro nacional de viveiros. A proposta é realizar uma chamada pública, na qual os viveiros cadastrados serão estimulados a incorporar uma dimensão educadora às suas ações. Para isso, será necessária a impressão e distribuição do material didático produzido, a elaboração de uma página virtual na WEB, bem como a aproximação de forma articulada, entre os viveiros envolvidos, e os Coletivos Educadores deflagrados em todo o país.

SALAS VERDES

Ação Sala Verde estimula a implantação de espaços interativos para atuarem como potenciais Centros de Informação Ambiental. A dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço, que além do acesso à informação, ofereça

a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental. Sala Verde é um espaço definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. Deve cumprir um papel dinamizador, numa perspectiva articuladora e integradora, viabilizando iniciativas que propiciem uma efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade na gestão ambiental, seguindo uma pauta de atuação permeada por ações educacionais, que caminhem em direção à sustentabilidade.

HISTÓRICO

A ação surgiu como uma estratégia para atender às demandas encaminhadas ao Ministério do Meio Ambiente, que solicitavam apoio mais amplo à disseminação de informação ambiental do que a simples distribuição de materiais e publicações.

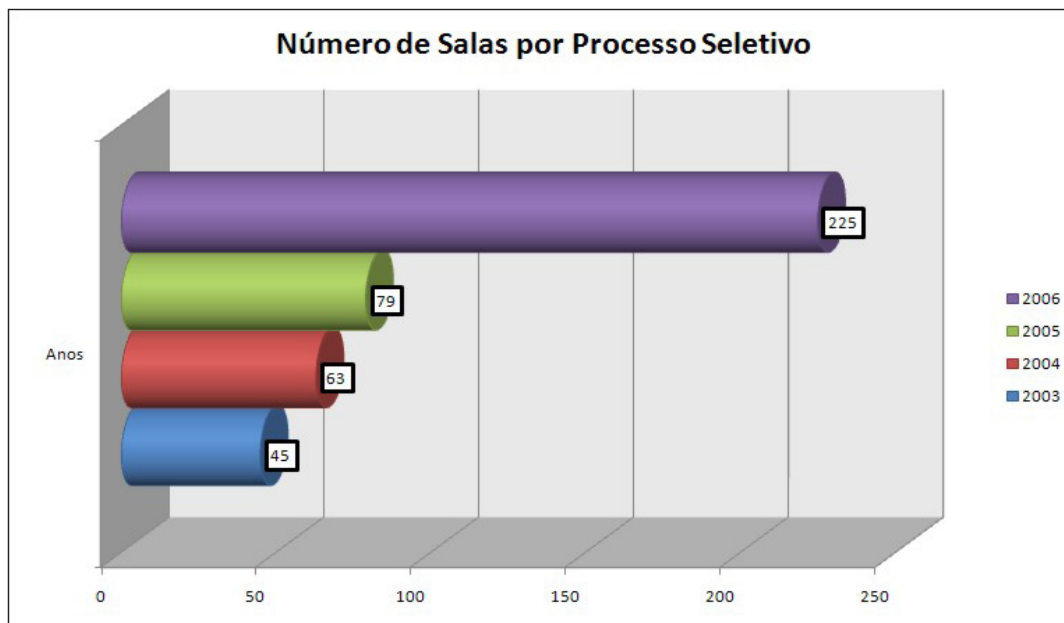


Figura 5: Número de Salas Verdes implementadas por processo seletivo

A partir do levantamento das relações já existentes com o Centro de Informação e Documentação Ambiental (CID), relativas à política de distribuição de materiais bibliográficos, foram mapeadas 99 instituições atendidas no período entre 2000 e 2003. Essas instituições foram convidadas a conhecer e participar de um novo modelo de distribuição de materiais, que contemplasse a ação ambiental. Em decorrência dessas ações, foram criadas as primeiras 45 Salas Verdes, por demanda espontânea.

Neste período, as estratégias e linhas de ação foram discutidas e foi elaborado o Manual de Procedimentos para as Salas Verdes, visando garantir o desenvolvimento das Salas Verdes implantadas e o fortalecimento da relação entre o MMA e as instituições atendidas pela ação. Houve, ainda, a implantação de processos de monitoramento e avaliação e a formulação de novas estratégias para implantação de Salas Verdes pelo país.

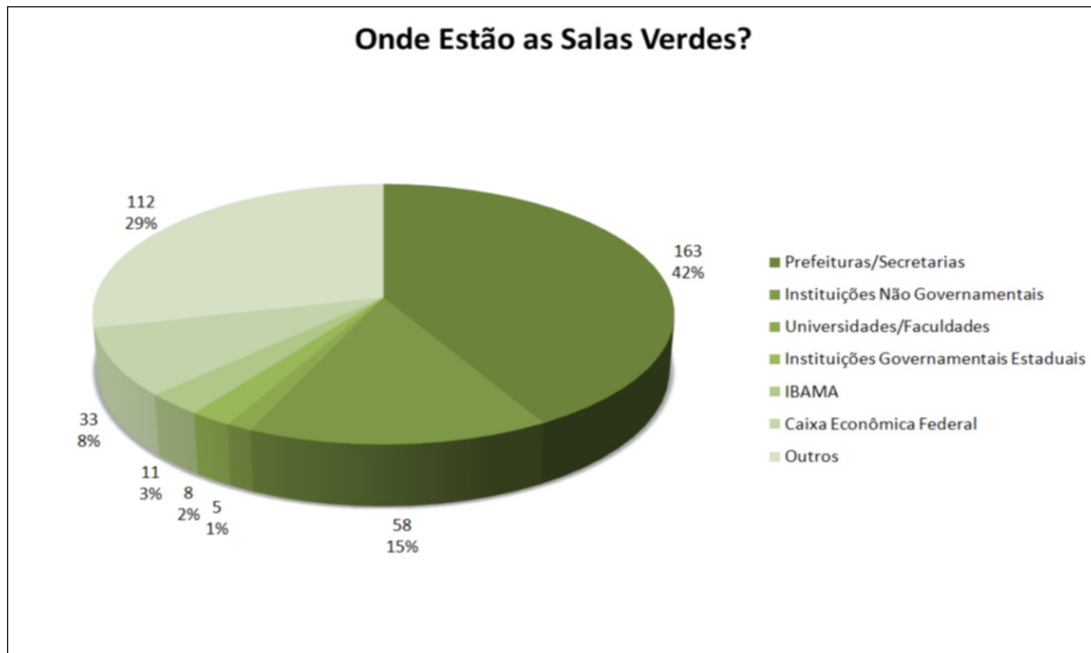


Figura 6: Tipos de Instituições com Salas Verdes implantadas

A partir de 2004, a forma de adesão à ação se deu através da realização de seleção de propostas orientadas pelo lançamento do Manual do Processo Seletivo 01/2004, que definiu requisitos essenciais para a constituição de uma Sala Verde, os quais atualmente se caracterizam por: Projeto Político Pedagógico (PPP), equipe técnica, espaço físico e garantia de manutenção. Foram selecionadas 63 Salas Verdes no primeiro processo seletivo.

Nos anos de 2004 e 2005, os Manuais do Processo Seletivo mantiveram suas características estruturantes, mas foram orientados de acordo com as demandas, com a necessidade de integração com outras ações e projetos da DEA e do MMA. Outro aspecto que orientou a elaboração dos manuais foi a busca de equiparação da representatividade do projeto nas regiões, com vistas a priorizar as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Manual 01/2004) e estimular a presença da ação em todos os Estados do país (Manual 01/2005).

As metas de desenvolvimento da ação avançaram e culminaram na descentralização do processo de seleção com o lançamento do Manual do Processo Seletivo 01/2006. Foram instituídas 17 câmaras técnicas temporárias de análise - 16 câmaras estaduais e uma em Brasília - que contaram com a participação das CIEAs, Núcleo de Educação Ambiental (NEAs) do IBAMA, Coletivos Jovens, Coletivos Educadores, Redes de Educação Ambiental e outros parceiros. Cada Câmara Técnica recebeu propostas de seu Estado para análise e orientação do processo de seleção e de ajuste de propostas, além de se comprometer com o acompanhamento e desenvolvimento das Salas Verdes que ajudou a selecionar.

As Salas Verdes representam um potencial de capilaridade e de integração de políticas públicas, que pode ser representado pela pluralidade de suas propostas, pela diversidade do público atendido e pelos vários tipos de instituições que aportam Salas Verdes.

Atualmente, das 411 Salas Verdes implantadas, 390 estão em atividade, o que representa um percentual de 94,89% de permanência no projeto, com representação em todas as unidades da federação. A ação atende 297 municípios e há pelo país 155 Salas Verdes instaladas em Prefeituras e suas Secretarias; 29 funcionam em Universidades e Faculdades e destinam seu espaço e seu acervo ao desenvolvimento da pesquisa acadêmica, à atividade de extensão ou como suporte para o desenvolvimento de projetos de pós-graduação, entre outras ações (CDRom).

As organizações não governamentais (ONGs, Oscips, Fundações e Associações) representam 112 Salas Verdes e uma variedade de público e focos de ação que englobam desde a valorização da mulher e o protagonismo jovem ao incentivo cultural e esportivo, sempre permeados pela educação ambiental.

Cinco instituições policiais e militares também desenvolvem um trabalho exemplar, como o caso da Sala Verde da Polícia Civil do Pará, que através da ação promove oficinas de capacitação para outras corporações militares do Estado.

O IBAMA e suas unidades contam com oito Salas Verdes e as Escolas Técnicas (Cefets) com seis. Dando continuidade à política de ampliação e fortalecimento das Salas Verdes, a ação firmou importantes parcerias, como o diálogo com a agenda ambiental da Caixa Econômica Federal com a criação de 05 Salas Verdes (proposta piloto) nas agências de Rio Branco (AC), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Teresina (PI) e Salvador (BA). SENAI, SENAC e EMBRAPA são outros exemplos da diversidade de instituições parceiras.

Em 2005, o Ministério da Cultura (MinC) e o MMA assinaram o Acordo de Cooperação nº 014.00.002040/2005-69, que colaborou para a convergência entre os Pontos de Cultura (MinC) e Salas

Verdes (MMA). A parceria representa um esforço na integração de políticas dos dois ministérios e procura incentivar que esta prática se reflita na sociedade civil, fortalecendo os espaços para manifestação conjunta das iniciativas de Ponto de Cultura e Salas Verdes.

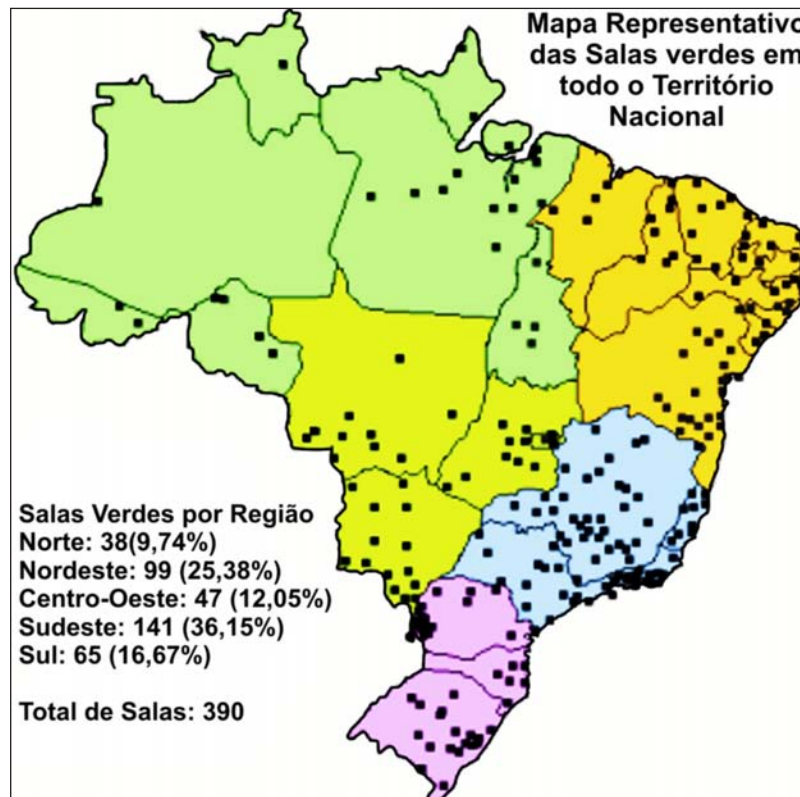


Figura 7: Distribuição das Salas Verdes por Unidade Federativa

Em 2006, foi celebrado um Protocolo de Intenções entre a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) do Rio Grande do Sul e a DEA/Sala Verde para cooperação. Está em fase de elaboração o Projeto Político Pedagógico (PPP) de 13 novas Salas Verdes no Estado, as quais serão assistidas pelos Correios. O Protocolo garante também a doação de equipamentos de informática, provenientes da modernização dos equipamentos dos Correios, para todas as Salas Verdes do Rio Grande do Sul.

A celebração de parcerias é um dos quesitos desejáveis para o desenvolvimento da proposta de cada uma das Salas Verdes, que busca, de acordo com sua realidade e o território em que está instalada, o apoio de instituições públicas e/ou privadas que possam de forma efetiva colaborar para concretização de suas ações e a integração com as propostas já existentes em cada região. Do

exercício constante na busca por parceiros e recursos financeiros e humanos, Salas Verdes acumulam experiências inusitadas e exitosas como a Sala Verde de Paulo Afonso (BA), que conseguiu patrocínio do comércio local (padaria, floricultura e clínicas particulares) para produzir material de campanhas de conscientização, ou ainda a Sala Verde de Santos (SP) que concorreu a recursos financeiros da Petrobrás.

Outras Salas Verdes foram reconhecidas por seu trabalho pioneiro, como é o caso de Tauá (CE), que foi premiada com o Selo Verde do Ceará e que tem suas ações ambientais pautadas nas atividades da Sala Verde Jorge Neves, que integra a Lei Orgânica do Município. A Sala Verde de Alvorada (RS) foi considerada um dos melhores projetos ambientais do Rio Grande Sul pelo Prêmio Vitrine Social da Famurs.

COMUNICAÇÃO

Com o desenvolvimento da ação, tornou-se necessária a criação de diversos instrumentos de comunicação que, além de colaborar com a articulação intra e interinstitucional, deram visibilidade às ações do projeto e das Salas Verdes de todo o país.

Além do e-mail específico para as Salas Verdes (salaverde@mma.gov.br), a partir das demandas, foram criados:

- um grupo de discussão na internet (projetosalaverde@yahoo grupos.com.br);
- um site do projeto (<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.Monta&idEstrutura=20&idMenu=1138> ou www.salaverde.cjb.net), que traz informações atualizadas sobre os procedimentos, eventos, agenda, processos seletivos, e atividades de rotina como distribuição de material, recebimento de relatórios e intercâmbios;
- um blog (<http://salasverdes.Blogspot.com>), que divulga as ações das Salas Verdes;
- o Boletim eletrônico que fica disponível no site supracitado, e que, em sete edições lançadas periodicamente e distribuídas digitalmente, trouxe informações sobre as atividades das Salas Verdes;

Durante a realização do processo seletivo 01/2006, foi criado um fórum de comunicação para capacitação e acompanhamento dos componentes das câmaras técnicas de análise, na plataforma e-Proinfo de educação a distância do MEC, contando com 92 integrantes inscritos e efetivados. Criou-se também um plantão de atendimento que acompanhou todo o processo seletivo.

A realização de encontros presenciais, além da participação em eventos, completa o processo de comunicação e integração das atividades desenvolvidas pelas Salas Verdes. São exemplos: o I

Encontro Nacional das Salas Verdes realizado em Vitória (ES), que contou com a presença de 24% das Salas Verdes, representando todas as regiões do país, as quais participaram com recursos próprios. Destacam-se, também, os encontros regionais como o I Encontro das Salas Verdes do Pará durante o Evento de Descentralização da Educação Ambiental de Tucuruí (PA) e o I Encontro das Salas Verdes da Bacia do São Francisco em Paulo Afonso (BA), durante o Festival Ecocultural do São Francisco (participação de 75 % das Salas Verdes da Bacia do São Francisco).

Esses eventos ocorreram em 2005 e tiveram como pauta central: a) socialização das ações desenvolvidas pelas Salas Verdes; b) integração dessas ações com outros projetos e instituições; c) demandas específicas de cada território representado.

Em Santa Catarina e no Distrito Federal, as Salas Verdes promoveram encontros para discutir a ação conjunta, não apenas entre as Salas, mas com os Coletivos, Coletivos Jovens, CIEAs, NEAs e outras instituições comprometidas com a temática ambiental.

A participação de Salas Verdes em eventos relacionados à educação ambiental tem sido estimulada e apoiada pela DEA e por outras diretorias/secretarias do MMA, como a Agenda 21 e o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PR-SF). O projeto também esteve presente no V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, em Joinville (SC). Durante o evento, uma Sala Verde foi instalada no stand do MMA. Compareceram representantes da Bacia do São Francisco e das Salas Verdes dos Pólos Pirapora, Três Marias, Paulo Afonso e Belo Horizonte, que foram convidados pelo PR-SF. Outras várias Salas de todo o país compareceram ao evento ou inscreveram seus trabalhos no congresso. Buscou-se, também, estimular a participação das Salas Verdes na discussão e construção das políticas públicas para EA.

Foram elaborados e distribuídos materiais de apoio e divulgação próprios, como o Manual de Orientação: Projeto Político Pedagógico aplicados a Centros de Educação Ambiental e Salas Verdes, folders e banners.

A ação Sala Verde já distribuiu 523 “kits” para as Salas, os quais são compostos de material produzido e/ou distribuído pelo MMA e órgãos vinculados; materiais relacionados ao meio ambiente e cidadania cedidos por outros Ministérios e instituições públicas e privadas, mediante solicitação. A captação de material é uma atividade contínua da ação.

O MMA realizou uma licitação (modalidade pregão) para a aquisição de publicações destinadas exclusivamente às Salas Verdes. A escolha dos títulos foi participativa e incluiu pesquisa com as Salas Verdes, editoras e técnicos da DEA. Foram adquiridos 75 títulos num total de 15.000 exemplares.

MONITORAMENTO

A assinatura de um Termo de Compromisso entre a Sala Verde e o MMA garante o envio de dois kits de 50 títulos por ano, pelo período de três anos. Além do termo, as Salas devem enviar a cada remessa um documento de intercâmbio de materiais, que comprova o recebimento do kit, bem como um relatório anual de atividades. Tais instrumentos ajudam a monitorar e avaliar o desenvolvimento das propostas das Salas Verdes, o que permite que o apoio técnico (previsto no Termo de Compromisso) atenda às demandas das Salas. O envio de materiais é interrompido caso a Sala Verde não encaminhe esses documentos, até esclarecimentos ou normalização do processo. As Salas devem enviar ainda, material de divulgação de ações e resultados, que são publicados no grupo, no blog e no boletim eletrônico da ação.

Outra forma de acompanhamento é a visita técnica, realizada em data que concilie a agenda da ação, de cada Sala Verde e dos técnicos da DEA, otimizando recursos.

Diante da crescente demanda da sociedade civil, dois desafios principais da Ação Sala Verde para 2007 são: sustentabilidade (destinação de recursos financeiros, apoio institucional, ampliação de equipe) e fortalecimento (não apenas do projeto, mas das 390 Salas Verdes e de suas propostas). Esses desafios devem ser amplamente discutidos durante o II Encontro Nacional de Salas Verdes, previsto para o primeiro semestre de 2007.

Uma pesquisa realizada com os delegados durante a II Conferência Nacional do Meio Ambiente, em 2006, apresentou alguns dados que devem ser considerados. A falta de informação sobre meio ambiente e educação ambiental foi considerada um dos principais responsáveis pelos problemas ambientais, e quando questionados sobre programas que têm contribuído para a melhoria das condições socioambientais do município onde trabalham ou residem, a ação Sala Verde, mesmo não constando da lista de programas apresentada aos delegados, foi citada nominalmente.

A iniciativa pioneira no MMA de democratização da informação ambiental, como subsídio à ação socioambiental, mostrou-se instrumento eficiente para iniciar e/ou potencializar não apenas processos de educação ambiental, mas todas as propostas que trabalhem pela construção de uma realidade comprometida com o meio ambiente, educação e cidadania.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Educação a Distância (EaD) é reconhecida como estratégia significativa para o desenvolvimento de ações no campo da formação continuada do/a educador/a ambiental, educomunicação socioambiental e na gestão da educação ambiental. A EaD se apresenta como potencializadora tanto da construção coletiva de conhecimento, como do processo de autoria individual. Também merece destaque a grande capilaridade que as ações de EaD podem assumir e sua contribuição na democratização do conhecimento.

Com o intuito de incorporar esta modalidade de educação nas ações, programas e projetos da Diretoria, foram desenvolvidas atividades em EaD visando os seguintes objetivos:

- potencializar a utilização da EaD nas ações de formação, educomunicação e gestão dos educadores/as ambientais;
- contribuir com a formação continuada de educadores/as ambientais, a partir da inclusão de ações a distância nas estratégias de formação;
- apoiar o desenvolvimento de procedimentos metodológicos de formação de educadores/as ambientais que atuam no país, observando as características próprias de cada contexto;
- apoiar institucionalmente a produção e a disseminação de material pedagógico para o desenvolvimento das ações de EaD na formação do educador/a ambiental;
- estimular estratégias e ações que potencializem a elaboração e a implementação de uma política de EaD no Ministério do Meio Ambiente.

Alguns documentos produzidos pela Diretoria, como o Programa de Educomunicação Socioambiental e o Programa Nacional de Formação de Educadores/as Ambientais apresentam reflexões, diretrizes e propostas de ações a distância, sendo que neste último a EaD se constitui em uma das modalidades previstas na metodologia 4-3-3.

Ao incluir a EaD entre suas estratégias de formação, a DEA aponta para uma alternativa educacional com grande potencial de abrangência, podendo enriquecer o cardápio das ações formativas.

As atividades de EaD na Diretoria envolveram:

- a criação e gerenciamento de espaços de comunicação virtuais;
- a elaboração de materiais de apoio e/ou divulgação da educação a distância - o que

- compreende documentos relacionados a conceitos, princípios e metodologias de EaD, bem como documentos voltados à orientação para utilização do ambiente e-ProInfo; a criação de um grupo de Trabalho de Educação a Distância no âmbito do MMA.

No que diz respeito à criação e gerenciamento de espaços de comunicação virtuais, utilizou-se o ambiente e-ProInfo, visando promover a interação entre grupos, pessoas e instituições que atuam com formação e promover ações de caráter formativo.

Em relação às ações de caráter formativo, foram criados dois espaços com este intuito, um voltado a formadores/as de educadores/as ambientais oriundos/as de instituições, coletivos e colegiados parceiros da DEA e outro voltado à formação dos analistas ambientais do próprio MMA. Houve ainda o planejamento e execução de ações a distância envolvendo teleconferências e debates interativos via internet, através do sistema ADI desenvolvido pela SEED/MEC. Esta diversificação de ferramentas permitiu a ampliação da capilaridade das ações e a visualização da complementariedade entre estratégias baseadas em ambientes de educação a distância e outras mídias.

A estratégia desenvolvida visando a elaboração e implementação de uma política de EaD no MMA foi a criação de um grupo de Trabalho de Educação a Distância, criado em abril de 2005, com o objetivo de integração entre seus participantes visando ampliar a participação dos setores do MMA no planejamento e execução de processos educativos envolvendo a EaD, bem como a elaboração e implementação da referida política.

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria Executiva
Diretoria de Educação Ambiental

